

F
320.981
V614
DQM
EX2

LUIZ VIANA FILHO

**DIAS QUE MUDARAM
O BRASIL**

BRASÍLIA - 1986

LUIZ VIANA FILHO

DIAS — QUE MUDARAM O BRASIL



O SR. LUIZ VIANA (PDS — BA. Como líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Creio que, no momento em que o tempo nos permitir, uma maior perspectiva sobre os últimos trinta dias vividos pelo País, iremos reconhecer que eles marcaram na vida do Brasil uma esquina, a volta de uma esquina na vida política brasileira. Realmente, estes últimos trinta dias foram de tal maneira ricos na vida política do País, que eles vão entrar na nossa História como um marco de importância singular.

Poderia começar, e vou fazê-lo de maneira ligeira, breve, uma vez que não quero soprar brasas, pela constituição ou recomposição do último Ministério, recomposição que nós vimos ter provocado algum mal-estar, caras amarradas, narizes torcidos, portas batidas e algumas coisas de menor relevância. Chegou-se mesmo a dizer que o Presidente José Sarney havia feito um Ministério para contemplar amigos, para premiar dedicações, senão para enfraquecer o PMDB, beneficiando a Frente Liberal. Não creio, não sou dos que se alinham nessa convicção. Mas era inevitável que isso acontecesse. É uma tradição até da nossa História, da nossa História Política que sempre, ou freqüentemente pelo menos, na constituição ou mudança de um Ministério seja atribuído aos seus autores propósitos tais ou quais que nem sempre são os verdadeiros. Isso é tão antigo, Sr. Presidente, que quando se formou o famoso "Gabinete Paraná", o gabinete da conciliação, em 1854, foi dito que havia o propósito de Dom Pedro II de aniquilar os partidos, aniquilar os seus adversários para tornar maior o seu poder de monarca. Isso foi de tal maneira que Dom Pedro II, na ocasião, escreveu a um amigo, o Visconde de Itaúna, que então estava em passeio pela Europa e ao qual ele mandou dizer o seguinte ou disse o seguinte em uma carta conhecida e citada:

"A impaciência de alguns leva-os a atribuir-nos o desejo de aniquilar os partidos e os seus homens mais importantes, mas como poderia eu, sem eles, dirigir o governo?"

Pois bem, Sr. Presidente, mais de 130 anos se passaram sobre esse desabafo de Dom Pedro II. Hoje, acredito que não seria fora

de propósito dizermos que ele poderia renascer na boca do Presidente Sarney que, por sinal, se tem mostrado tão tolerante e ameno ante a decepção e ressentimentos dos que inquinaram de facciosa a composição ministerial. Não me alinho, Sr. Presidente, entre os que imputam ao Presidente um objetivo menor destinado a premiar amigos antes de considerar os altos interesses do País. Mas, a constituição do Ministério, quase que inesperadamente, ficou para trás, parece hoje uma página virada da História. Nós que pensávamos que com a abertura do Congresso viéssemos aqui ouvir queixas, debates, mal humores, por causa da reforma ministerial, não ouvimos nada.

O Sr. Murilo Badaró — Anunciados.

O SR. LUIZ VIANA — Bem diz V. Ex^ª. Tudo foi tranqüilo, anunciou-se até que havia uma Bancada que iria se reunir e não sabia, havia um "suspense", se o seu líder seria o líder do Governo, isto é, se o seu líder aceitaria o sacrifício de ser também do Governo. Isto foi dito, publicado nos jornais e não desmentido. Pois bem, para surpresa nossa, houve a escolha do Líder e, ao contrário do que se podia imaginar, que houvesse um convite formal, uma solicitação formal, para que o Líder fosse ao Palácio e lá recebesse do Senhor Presidente da República o honroso cargo de Líder do Governo, não houve nada disto. O Presidente, tranqüilamente, pegou o telefone, telefonou para o Líder e lhe disse: "Nós não podemos nos separar, você será o meu Líder." E o Líder: "Pois não, não há nenhuma dúvida; serei o Líder do Governo, com a maior honra."

Este é apenas um detalhe, um pormenor, que trago para mostrar como as águas estão tranqüilas, calmas, neste momento. E, por quê? Elas estão calmas por causa do conhecido pacote, o pacote financeiro que, em boa hora, mudou toda a vida econômica e financeira do Brasil. Foi, realmente, um ato sobretudo de coragem, e é quanto a este aspecto que quero chamar a atenção. Fala-se muito nos aspectos econômicos e financeiros do pacote, mas, na realidade, o que ele é, pela maneira com que foi feito, pela maneira com que foi lançado e pela maneira como terá que ser conduzido; ele é, sobretudo, um grande ato político. É um grande ato político do Presidente José Sarney que, como se não quisesse nada com a vida política do País naquele momento, a transformou completamente. Não direi que a pacificou, como eu desejaria, mas eu acredito que para o êxito da política financeira — isso é comum, não estou dizendo nenhuma novidade — será muito importante um período de tranqüilidade, um período, não diria de conciliação, mas, talvez, de compreensão, enfim, de um apoio generalizado na vida política, como temos visto que há, inequivocamente, na vida do País, no povo, nas demonstrações populares que cercam o Presidente, que cercam,

enfim, todos os atos que são o desdobramento do pacote econômico. Realmente, pensei que fosse possível, e seria muito desejável, que o País pudesse entrar numa conciliação geral, num acordo, numa pacificação para formar, unido, politicamente unido, em torno da política do Presidente da República. Infelizmente, tive uma decepção. Hoje, eu poderia fazer um apelo para que o maior número possível de Senadores, Deputados, Governadores se reunissem em torno do Presidente da República, sem outro objetivo, sem outro interesse, sem outra ambição que não fosse a de apoiar e tornar realmente viável e definitivo o pacote econômico. Isso nós todos já vimos que não vai acontecer. Infelizmente, ressentimentos pessoais, ambições pessoais contrariadas, decepções, mostram que há, e vai haver, aqueles que pretendem jogar no quanto pior, melhor. O que eles querem não é o êxito da política econômica, não é o êxito do Brasil, da economia brasileira, das finanças; não. O que eles querem é que haja tropeços, que haja dificuldades, e não sei se greves, protestos contra a orientação da economia brasileira. Isto, acho que é visível. Não preciso dar nomes, não preciso citar fatos, porque é do conhecimento não somente dos Srs. Senadores, mas de todo o País.

Mas, a verdade é que nós entramos num novo caminho da vida brasileira. E eu acredito, que esse caminho está certo na sua concepção geral, uma vez que não havia ninguém, creio, que não achasse possível continuar aquela situação em que nos encontrávamos. Naturalmente, poderia haver várias soluções — acredito — a imaginação dos economistas, dos financistas, dos políticos é naturalmente fértil. Mas que era preciso mudar, que havia que mudar, isso acho que era inequívoco. Não havia ninguém que não pensasse assim. E, sobretudo, isso explica que, de um momento para o outro, em poucas horas o País, ao ter conhecimento nem analisou, não precisou analisar; ninguém foi fazer cálculo, todo mundo apoiou, aplaudiu, porque sentia que nós entrávamos num novo caminho, e que era necessário deixar tudo para trás, para que o Brasil pudesse ter pelo menos a esperança, senão a certeza, de que vai realmente entrar numa vida nova.

Agora sim, é que a República vai ser nova, porque vai ter uma vida nova. Até então ela era inteiramente igual à República velha. Agora, não. O Presidente José Sarney teve a coragem de praticar alguma coisa nova. E a Sua Excelência é que se deve.

É por tudo isto que quero dizer que este é um ato político. Naturalmente, a concepção dos economistas, as linhas gerais da política são importantes, são lúcidas, e tanto o Ministro Funaro, o Ministro Sayad, quanto seus colaboradores estão a merecer o reconhecimento, os aplausos e o apoio do País. Mas o ato é do Presidente Sarney.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com prazer ouço V. Ex^a

O Sr. José Lins — Eminente Senador Luiz Viana, considero o discurso de V. Ex^a da maior significação e importância, principalmente porque V. Ex^a é um homem admirado por nós todos.

O SR. LUIZ VIANA — Muito agradecido a V. Ex^a

O Sr. José Lins — V. Ex^a é repositório de uma grande experiência política e conta com a admiração...

O SR. LUIZ VIANA — Isso é da idade.

O Sr. José Lins — ... não é só da idade, é também da percuciência, é também da inteligência e, sobretudo, do patriotismo. V. Ex^a conta com a admiração não somente do seu povo da Bahia, mas do Brasil todo.

O SR. LUIZ VIANA — Obrigado a V. Ex^a

O Sr. José Lins — V. Ex^a, ainda mais, fala em nome do seu Partido, V. Ex^a fala pela Liderança. Essa compreensão, essa unidade de pensamento em torno de uma questão política de suma importância para a economia do País é de uma grandeza admirável. Todos sabemos que V. Ex^a milita num partido de oposição...

O SR. LUIZ VIANA — Exatamente.

O Sr. José Lins — ... mas V. Ex^a tem a coragem de vir à tribuna, com a grandeza que o caracteriza, para juntar a voz de V. Ex^a a essa grande aspiração do povo brasileiro, que é de acertar. Nós não estamos tratando aqui de questões partidárias, nós estamos tratando de questões...

O SR. LUIZ VIANA — Do Brasil.

O Sr. José Lins — ... do Brasil, do País e do povo, ao qual nós temos obrigações de servir com dedicação e conscientemente. De modo que quero congratular-me com V. Ex^a pelo seu discurso, que revela a maturidade política de V. Ex^a e de seu Partido, e sobretudo pelo toque de patriotismo com que V. Ex^a põe a questão neste momento. Pode até ser que esse projeto traga no seu bojo grandes dificuldades, mas temos obrigação, em nome da redenção econômica e social do povo brasileiro, de juntar forças para aproveitar esse halo de esperança que recai sobre todo o povo brasileiro. O Senhor Presidente José Sarney merece esse apoio, porque aí está realmente interpretando a vontade do povo. Muito agradecido a V. Ex^a

O SR. LUIZ VIANA — Eu é que agradeço a V. Ex^a o aparte com que me distingue.

O Sr. Aderbal Jurema — Permite um aparte, nobre Senador Luiz Viana?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer, Senador Aderbal Jurema.

O Sr. Aderbal Jurema — Senador Luiz Viana, quando me dirijo a V. Ex^a não posso separar o intelectual do político. V. Ex^a nesta Casa e fora desta Casa é o grande historiador brasileiro Luiz Viana.

O SR. LUIZ VIANA — Isso é bondade de V. Ex^a

O Sr. Aderbal Jurema — Sabe V. Ex^a que não é bondade, é o espírito de justiça de um pernambucano que vem dizer a V. Ex^a que estamos numa semana não de arte moderna, mas numa semana de arte política, tão parecida com aquela revolução da cultura feita pelos artistas, pintores, poetas e escritores de 1922.

Em verdade, aqui, nesta Casa, quantas e quantas vezes nós clamamos, nós esperamos, que do Poder Executivo partisse uma revolução, partisse uma inovação, porque sabe V. Ex^a que há muito tempo, desde que retiraram das nossas prerrogativas aquela de legislar no setor econômico, que nós nos sentíamos como que de braços amarrados, de grilhões, como se fôssemos não representantes de um povo livre, mas, sem dúvida, parlamentares de um povo escravo. Agora, vê V. Ex^a a repercussão neste País das medidas governamentais, que não pertencem ao Governo, mas sim à Nação, ao povo, que há muito tempo clamava por elas. Por isso, digo a V. Ex^a, rendo a minha homenagem a V. Ex^a, porque quando V. Ex^a vem a essa tribuna não vem apenas como Senador da Bahia, vem como o homem de letra, o homem de sensibilidade artística e política, porque, em verdade, Senador Luiz Viana — sem forçar imagens — nós estamos numa outra semana, a semana da arte política, que está modificando toda a nossa estrutura econômica e social. Semana que há muito tempo nós esperávamos, como também esperaram José Américo, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, por aquela grande Semana de Arte Moderna. Por isto que me congratulo com V. Ex^a mais como um intelectual que está na política do que propriamente como um político por profissão. Minhas saudações a V. Ex^a, ao seu Partido e, sobretudo, à Bahia.

O SR. LUIZ VIANA — Muito grato a V. Ex^a pelas generosas palavras com que acaba de me distinguir.

Mas, Sr. Presidente, dizia eu que o meu desejo teria sido de poder subir a esta tribuna com a esperança de que juntamente com

essa mudança na vida econômico-financeira do País pudesse vir, também, uma grande pacificação nacional, voltada apenas para os interesses do povo e os interesses do País. Não é uma idéia nova para mim. Eu já a defendi, aqui, em 1975 e em 1967, quando no Governo da Bahia e em 1977, novamente, a preguei na tribuna desta Casa.

Pedirei mesmo licença ao meus colegas para ler aqui pequeno trecho de discurso proferido àquele tempo, isto é, em 1977.

“Acreditar no que ouço em todos os setores, em todas as regiões, não parece haver dúvida quanto a se admitir que é grave, diria mesmo preocupante, a situação do País. É grave a situação financeira com uma inflação que se aproxima dos 50% ao ano.”

Bons tempos, 50% já preocupava.

“É grave a situação das empresas que se dizem sufocadas por juros que orçam também pelos 50% de juros anuais.”

Que saudades! Que saudades!

“É grave a situação política na qual o País se defronta com um verdadeiro impasse; e não será menos grave a situação social quando todos os salários são divididos pela incontida alta do custo de vida, já não sendo escasso o número dos que não ganham sequer para comer. Diante desse quadro, se não laboro em equívoco, é evidente, gritante que o Brasil não se pode dar ao luxo de ser uma casa dividida.”

Pois bem, Sr. Presidente, quase dez anos se passaram desses acontecimentos — quase dez anos — dois e quase três Governos. E perguntaria: era, porventura, até ontem, menos penosa a vida do povo? Estaria a mesa do povo menos pobre? Teriam baixado os índices de delinquência, assaltos, miséria, em todas as regiões do Brasil?

Não, Sr. Presidente. A verdade é que, se havíamos evoluído politicamente, esse progresso não correspondeu a uma real melhoria da vida do povo, malgrado o esforço verdadeiramente sobre-humano do Presidente José Sarney, desdobrando-se numa febril atividade, na tentativa de proporcionar adequadas condições de vida para os brasileiros. Tudo não passava de paliativos e as panelas permaneciam mais ou menos vazias. No mundo político, devemos nos convencer da necessidade de que a atual fase exige união, compreensão, certa tolerância, tolerância porque essa implantação não se dará de um dia para a noite; ela não estará perfeita nos decretos que já saíram; ela terá que ser ajustada, terá que ser

corrigida, terá que ser melhorada, embora conservando as linhas gerais da sua lúcida e feliz concepção. Essa é que é a realidade.

Desejo chamar a atenção dos meus colegas, de todos os que são interessados na vida pública brasileira, e perguntar-lhes: Porventura nós seremos os herdeiros do caos que se poderá seguir ao fracasso da atual política financeira e econômica? Não creio, não creio, não creio. Se por uma infelicidade, a política, agora iniciada no País, malograr, fracassar, se não conseguir fincar raízes na vida do País, em todos os setores por que ela se propaga, no comércio, na indústria, no campo, na vida exterior, na exportação; se ela não conseguir se firmar num tempo relativamente hábil, digamos assim, não seremos os beneficiários. Serão outros, eu não sei se serão aqueles que são os melhores para a vida, para o bem-estar e para o futuro do Brasil. É por isso que estou aqui, justamente, para dizer que considero um dever meu — pelo menos meu — dar todo apoio para que o Governo possa, através de novas medidas, através de uma adaptação, caso necessário, firmar a orientação econômica e financeira que se deflagrou, em tão boa hora, na vida política brasileira.

O Sr. Jamil Haddad — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Jamil Haddad — Nobre Senador Luiz Viana, recordo-me bem que, quando dirigente da União Parlamentar Interestadual, eu me encontrava na Bahia, na representação do antigo Estado da Guanabara, no dia em que foi editado o Ato Institucional nº 5 e compareci a uma reunião no Palácio, quando V. Ex^a era o Governador daquele Estado, e tive um primeiro contato pessoal com V. Ex^a. Respeitava-lhe, admirava-lhe pela sua cultura, apesar de, em determinados momentos, discordar de posicionamentos políticos. Neste momento, em que V. Ex^a faz uma análise séria da situação política nacional, quero declarar que o Partido Socialista Brasileiro, do qual me orgulho de pertencer — ingressei na vida política pelas mãos do saudoso líder João Mangabeira, e quero deixar bem claro que nunca fiz política em torno de homens e sim de idéias — apóia essas medidas. Estava reunida em Brasília, no dia 2 de março, a Comissão Executiva Nacional do Partido com as Regionais do nosso Partido, um dia após a edição do pacote pelo Presidente Sarney. De imediato, aprovamos uma resolução de criação de juntas para, junto à sociedade civil organizada, auxiliar a fiscalização, porque todos nós desejamos ardentemente que esse pacote dê certo. Mas temos algumas dúvidas e, neste momento, no discurso por mim pronunciado, no dia 6, meu primeiro pronunciamento nesta Casa, coloquei algumas dúvidas que vejo, hoje, serem respondidas pelo Ministro Sayad. Preocupado estava eu, não apenas com a fiscali-



zação na ponta, a fiscalização junto ao comércio varejista; achava que a fiscalização devia ser junto ao mercado produtor, para se verificar como controlar os insumos e as matérias-primas. Verifico hoje que, inclusive, uma firma foi multada por sonegar artigos estocados. Vejo no *Jornal do Brasil*, outro ponto a que me referia, que era a possibilidade do *lockout*. O *Jornal do Brasil* de hoje apresenta, na sua primeira página, uma fotografia do Supermercado Carrefour, na Tijuca, com o seu açougue vazio. Penso que para este pacote dar certo, para alegria e felicidade da Nação, deverá estar embutida também uma reforma agrária, porque nós sabemos que a exportação que este País é obrigado a fazer, se faz através de produtos subsidiados, subsídio este que faz com que o Governo seja obrigado a emitir títulos e jogá-los no mercado, sendo mais um fator de inflação. Com a reforma agrária não haverá necessidade da importação de gêneros de primeira necessidade já que, infelizmente, neste País, a monocultura hoje é parte integrante da nossa política agrícola. Congratulo-me com V. Ex^a e, em nome do Partido Socialista Brasileiro, quero dizer a V. Ex^a que o nosso Partido se coloca ao lado do povo, neste momento, no sentido da fiscalização para que tenhamos êxito neste programa. Agradeço a V. Ex^a a oportunidade de apartear-lo neste momento.

O SR. LUIZ VIANA — Agradecendo o aparte de V. Ex^a, eu aproveito para justamente acentuar que para a realização, para a efetivação das medidas que serão necessárias para o êxito do programa é preciso evitar que haja açougues vazios, que haja prateleiras vazias, que haja supermercados escondendo mercadoria, será indispensável um sólido apoio político.

Não é possível que ninguém pense que pode jogar no “quanto pior, melhor”, que pode ser o beneficiário das dificuldades porventura a serem enfrentadas pelo Governo. Não! O que nós devemos é dar o nosso apoio, é ajudar, muitas vezes criticando, sugerindo, esclarecendo.

Nós viemos aqui para isso, somos pagos para isso. Nós não somos pagos para dizer amém; nós somos pagos para apoiar tudo aquilo que nos parecer bem e criticar o que nos parecer mal. É o óbvio! Agora há uns que, para não dizer nada, dizem: — “Estou a favor de tudo que for a favor do povo, estou contra tudo que for contra o povo”. É fórmula vaga, é fórmula para não dizer nada, para ficar, como se diz em linguagem popular, “em cima do muro”. Em cima do muro para ver se as coisas dão certo ou se não dão certo para, depois, se mexer. Não! O que nós devemos não é ficar em cima do muro, o que nós devemos é colaborar, é ajudar.

Eu lembraria aqui que, em tempos em que o Presidente José Sarney ainda tinha lazeres — acredito que ele hoje não os tenha

— certa feita mandou-me, do Maranhão, uma famosa carta — que é muito conhecida, é muito repetida — a carta do Marquês de Pombal ao seu sobrinho Joaquim Póvoa de Melo, que governava o Maranhão. E o Marquês se estendia em observações, em conselhos, em advertências. Pois bem, entre essas advertências, ou conselhos, havia esta do velho Marquês de Pombal. Dizia ele ao sobrinho:

“Observe estas três coisas: prudência, para deliberar; destreza, para dispor; e perseverança, para acabar.”

Acredito, Sr. Presidente, que o nosso Presidente Sarney não terá esquecido esses conselhos dados ao Governador do Maranhão e tanto não os esqueceu que tem agido nessa conformidade. Mostra-se prudente. Ninguém tem sido mais prudente do que o Senhor Presidente da República José Sarney. Mas também se mostra diligente. Vimos agora, nessa troca de Ministros, como Sua Excelência foi diligente, foi rápido; em poucos dias, às vezes em poucas horas, Sua Excelência arrumou lá o Ministério, à maneira que lhe pareceu melhor. E acredito que Sua Excelência terá a perseverança necessária, indispensável, para acabar a obra que está realizando.

É para isso, é com esse objetivo que eu volto, de vez em quando, àquela tecla de uma pacificação, uma pacificação que acredito seria benévola, boa e, acredito, que até fosse popular quando o povo compreendesse que acima dos nossos interesses, das nossas aspirações legítimas, das nossas ambições, nós estamos colocando os interesses do povo. Esse é o nosso dever e acredito que é isso que, salvo raras e não honrosas exceções que estão pairando por aí, nós estamos vendo, não preciso dar nomes — salvo isso, o Brasil de algum modo vai se unir, o Brasil vai ser um. Naturalmente, há sempre os descontentes, os ressentidos, e sobretudo aqueles contrariados. Inesperadamente contrariados nas suas ambições, e que estavam justamente jogando as suas cartadas, as suas candidaturas, as suas vitórias na derrocada da vida econômica e financeira do País, porque era evidente que dentro daquele quadro, quando nós chegássemos em novembro, não haveria mais ninguém que quisesse votar no FMDB, que quisesse votar na Frente Liberal, que quisesse votar no PDS ou no PSB, ali do Senador Jamil. Nada. O povo já teria escolhido outro caminho, outro rumo, fosse qual fosse ele, fosse bom ou fosse mau, e é isso que o Presidente Sarney evitou. Por isso é que digo que é um ato de grande sabedoria política, e feito num momento muito adequado para que não medrassem esses que estavam jogando no quanto pior, melhor.

O Sr. Murilo Badaró — V. Exª me permite?

O SR. LUIZ VIANA — Sinto-me honrado com o aparte de V. Exª

O Sr. Murilo Badaró — Nobre Senador, o encantamento com que ouvia V. Ex^a estava inibindo o meu desejo de apartea-lo, mas no instante em que V. Ex^a coloca a tese de que, na medida em que a inflação atinja níveis insuportáveis, provavelmente pelas proximidades de novembro, já não teríamos votos para os atuais Partidos que estão registrados, gostaria de convocar a sua atenção de historiador e de político de rara envergadura, de homem experimentado, para o fenômeno que ocorreu, também, no instante em que a deflagração da decisão presidencial despertou no povo uma tal mobilização que, de certa maneira, superou todos os Partidos existentes. Os Partidos ficaram à margem desse processo. De forma que esta é uma advertência, um aviso, que as lideranças políticas da Casa devem absorver rapidamente, no sentido de encontrarem rumos definitivos para a organização partidária no Brasil.

O SR. LUIZ VIANA — Nobre Senador, o aparte de V. Ex^a tem, realmente, toda a procedência, é oportuno, e acho que deve ser ouvido por todos nós e por todos os Partidos, e acredito que isso vá acontecer. Mas acontecerá, sobretudo, porque o Presidente José Sarney, e Sua Excelência tem se revelado de uma rara sabedoria, Sua Excelência tem feito vista grossa a tudo que possa magoá-lo, possa feri-lo e que possa representar críticas. Sua Excelência, na verdade, não tomou conhecimento de tudo isso. E fez bem. Fez bem, porque, assim, ele serviu ao Brasil, evitou que houvesse separações, que houvesse ressentimentos maiores, que não seriam bons. Podjam não ser bons para eles, e para mim, também não seriam bons para o Brasil.

Se ele se mostrasse impaciente com o Deputado Ulysses Guimarães, com o Deputado Fimenta da Veiga, com o Deputado Fernando Lyra, que saiu para fazer a Frente Progressista, mas que era, na realidade — pelo menos no meu entender, não sei se estou certo — muito mais uma frente de oposição do que uma frente progressista. Porque, se ela fosse progressista, eu diria que todos nós estávamos nela; não haveria ninguém de fora. A dificuldade do Deputado Fernando Lyra seria conter aquela enxurrada de gente, de senadores, deputados, vereadores que queriam entrar na Frente. A Frente Progressista é a nossa. Há alguém que não seja, aqui, progressista? Eu não conheço. Pode achar melhor aquela direção, outro, aquele meio, mas todos nós somos progressistas. Somos como aquele juiz que, quando interrogando Sorel, num dos muitos processos a que ele respondeu, perguntou: Mas afinal, o que é o socialismo? — o processo era porque Sorel era socialista. Ele disse: Socialistas são aqueles que querem a melhoria da vida do povo. Ao que o magistrado, da altura da sua cadeira, lá em Paris, disse: — Então, todos nós somos socialistas.

... Todos nós somos progressistas, todos nós queremos aquilo que o Deputado Fernando Lyra pregou, ou prega, ou deseja, ao fazer uma frente. Mas, na verdade, o progressista aí é um rótulo. O que está mesmo no fundo é o espírito de oposição, de crítica ao Presidente, à política, ao Governo José Sarney. Esta é a realidade. Mas pelos fados, pelos bons fados do Presidente, pela inteligência com que ele agiu, tudo isso desapareceu. Hoje, ninguém é mais progressista, ninguém é contra o Governo, ninguém quer fazer frente, pelo contrário, só se faz frente agora para apoiar o Presidente, o que é bom. Não discordo nem me sinto roubado por isso, não. Eu quero é que essa frente se torne cada vez maior.

Aliás, quem sabe disto bem é o Presidente. Sua Excelência, há pouco tempo, falando ao *Jornal do Brasil*, teve um desabafo! Não vão pensar que o Presidente não é sensível como nós, como cada um de nós, ele é de carne e osso; tem nervos, tem sensibilidade, tem sentimentos. Numa entrevista ao *Jornal do Brasil* ele dizia que havia sido criticado por não saber ou não querer decidir as coisas e, depois, porque assumiria decisões que eram suas. Quer dizer, era preso por ter cão e preso por não ter cão. Mas, agora, tudo isso passou a ter pouca ou nenhuma importância.

O Presidente é homem que tem por feitio — até não sei se diria por modéstia — é homem capaz, sempre, de rever as suas posições, as suas atitudes, as suas decisões no momento em que acha que pode melhorar. Sua Excelência leva-me até a lembrar um conhecido diálogo que houve entre Guizot e Thiers. Thiers voltou-se para Guizot e disse:

“Eu, Sr., nunca erro.” Guizot, modesto, disse: “Pois eu sou mais feliz, de quando em quando posso reparar e consertar os meus erros.”

Acho que o Presidente José Sarney está mais inclinado a ser Guizot do que a ser Thiers. Sua Excelência está pronto a reparar erros, a corrigir providências, ampliar medidas, desde o momento em que sinta que é esse o interesse fundamental, o interesse do Brasil.

É por isso, Sr. Presidente, que ficaria muito feliz se por acaso pudéssemos ter na política brasileira a conciliação que faltou em 1930, a conciliação que faltou em 1950, a conciliação que faltou em 1964, a conciliação que faltou mais tarde, em 1982 e por cuja falta, fosse em 30, fosse em 50, fosse em 64, nós bem conhecemos, as conseqüências não foram nada benéficas para o Brasil.

A paz, a tranqüilidade é que pode construir o Brasil, esse Brasil, esse Brasil novo, dessa política nova. Ele não irá se construir no meio de uma agitação, de um debate político sem tréguas, sem

entranhas, como se diz que às vezes acontece. Não, mas irá ocorrer se tivermos a sabedoria, tivermos a inteligência de colocar todos os nossos interesses em segundo plano. E verificaremos que realmente o Presidente José Sarney deu um grande passo. E cito Sua Excelência porque, realmente, é um ato do Presidente; não é um ato de um Ministro, nem dos Ministros.

Eu lembraria que Campos Sales foi quem fez a política de 1898, não foi Murtinho. Murtinhos havia muitos e há muitos. Agora, Campos Sales só houve um. Por isso é que a política, que foi dolorosa, uma política que enfrentou impopularidade, pôde salvar o Brasil da bancarrota em que estava. Mais tarde, eu diria que ali estava o Dr. Roberto Campos. Sem nenhum demérito para S. Ex^ª, pelo contrário, S. Ex^ª sabe o alto apreço em que o tenho, mas poderia haver outros. E só havia um naquela ocasião, que era o Senhor Presidente Castello Branco.

Sem um Presidente que dê apoio político à economia, às finanças e às diretrizes de um Governo, nenhuma política financeira sobrevive. É esse apoio que o Senhor Presidente José Sarney, estou certo, vai dar ao Plano agora lançado para que ele possa, realmente, sobreviver, possa, realmente, ser uma árvore frondosa, que realmente dê aquela sombra, aquele bem-estar que desejamos.

Pouco importa que abaixo dessas sombras haja algumas urtigas, algum mandacaru, alguma erva daninha. Elas vão existir, mas vão ser abafadas pelo povo, pela Nação que está muito cansada de ser escada para alguém. Agora nós é que temos de ser a escada do povo e não o povo ser uma escada para nós. E é isso que vai acontecer, graças à coragem, à decisão do Presidente Sarney, que vai dar ao País, realmente, um novo panorama econômico.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem! Palmas.*)